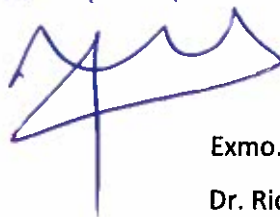


**20. INVESTBRAGA – COBERTURA DE PREJUÍZOS:**

Submete-se processo respeitante à cobertura de prejuízos a InvestBraga, Agência para Dinamização Económica E.M.

*da DMGAP,  
para informação.*

*1804-19*



Exmo. Senhor

Dr. Ricardo Rio

Presidente da Câmara Municipal de Braga

Praça do Município

4704-514 Braga

Braga, 18 de abril de 2018

Por deliberação da Assembleia Geral da IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. de 29 de março de 2018, foram aprovados os documentos de prestação de contas relativos a 2017 que apresentaram um resultado antes de impostos de -232.451,33 € e um resultado líquido de -236.426,27 €.

Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 40 da lei 50/2012, de 31 de agosto (Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais), no caso do resultado líquido antes de impostos se apresenta negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, neste caso do Município de Braga que é detentor da totalidade do capital social da empresa.

Face ao exposto, vem o Conselho de Administração da IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., solicitar a V. Exa. a transferência do valor de 232.451,33 € relativo aos resultados negativos antes de impostos de 2017.

Anexamos nota justificativa daqueles resultados, demonstrações financeiras, Parecer do Fiscal Único e Certificação Legal de Contas de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho de Administração



Carlos Oliveira

Precisa-se em  
confid. de.

1805.07



DALAP

Remeter à Div. Leg. e H. de  
após despacho do M. Gen.  
dele.

Trata-se do cumprimento  
da obrigação legal, imposta  
pelo art. 40, n.º 2 da Lei  
50/2012, pelo que deve  
ser satisfeita a pretensão  
e L.B.

24/abril/2018

Jy

## Nota justificativa dos resultados líquidos de 2017

Conforme Instrumentos de Gestão Previsional para 2017 foram previstos resultados antes de impostos no valor de -172 511,88 euros, dada a quebra de atividade da Unidade de Feiras Congressos e Eventos a partir do 2.º trimestre de 2017 com o início das obras de reabilitação das instalações.

Como resultado da atividade normal da empresa os resultados antes de impostos deveriam apresentar o valor de -182 317,99 euros.

Em 2017 a InvestBraga teve que assumir perante a ADSE o compromisso de pagar a quantia de 42 455,43 euros relativa a uma divergência de saldos entre o valor apresentado por aquela entidade relativo à extinção da Editora Correio do Minho/Serviço Municipalizado e os valores apurados pelo balanço daquela Editora que foram transferidos para a nossa empresa conforme protocolo assinado com o Município de Braga, aprovado em reunião do Executivo Municipal de 17 de junho de 1999.

Em dezembro de 2017 passou a integrar o pessoal da Pousada de Juventude suportando os vencimentos e encargos s/ remunerações daquele mês e o acréscimo de férias e subsídio de férias vencidos, no montante de 7 677,91 euros.

Face aqueles gastos não previstos nos Instrumentos de Gestão Previsional para 2017 o resultado antes de impostos foi agravado para o montante de -232 451,33 euros

O Diretor Financeiro



# IB - Agência para a Dinamização Económica, E. M.

Balanço em 31.12.2017

Unidade Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2017	31.12.2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	9	361 338,59	483 403,22
Activos intangíveis	8	333,56	471,24
Outros Activos financeiros	15,2	3 526,71	2 554,21
		365 198,86	486 428,67
Activo corrente			
Clientes	15,2	177 417,03	254 786,78
Estado e outros entes públicos	15,3	26 300,74	
Outros créditos a receber	15,2	444 263,02	14 881,98
Diferimentos	18,5		1 175,03
Caixa e depósitos bancários	5,1	28 421,77	112 084,02
		676 402,56	382 927,81
Total do ACTIVO		1 041 601,42	869 356,48
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	15,4	175 000,00	175 000,00
Prémios de emissão	15,4	219 127,47	219 127,47
Resultados transitados	15,4	(160 117,92)	(503 061,59)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	12,2 e 15,4	246 453,61	341 740,74
Resultado líquido do período	15,4	(236 426,27)	8 975,77
Total do Capital Próprio		244 036,89	241 782,39
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar	15,2	77 775,67	120 350,62
		77 775,67	120 350,62
Passivo corrente			
Fornecedores	15,2	429 539,01	339 169,32
Estado e outros entes públicos	15,3	24 187,06	37 806,37
Financiamentos obtidos	15,2	130 000,00	
Outras dívidas a pagar	15,2	114 235,97	124 086,86
Diferimentos	18,5	21 826,82	6 160,92
		719 788,86	507 223,47
Total do Passivo		797 564,53	627 574,09
Total do Capital Próprio e do Passivo		1 041 601,42	869 356,48

O contabilista certificado

*João Luís de Melo da Silva*

O Conselho de Administração

*Carlos*

## IB - Agência para a Dinamização Económica, E. M.

### Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2017

Unidade Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2 017	2 016
Vendas e serviços prestados	+ 11	855 161,04	1 148 091,78
Subsídios à exploração	+ 12	490 511,41	331 222,80
Fornecimentos e serviços externos	- 18,1	(742 424,61)	(707 753,41)
Gastos com pessoal	- 16	(754 543,89)	(713 730,42)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 10	(7 300,26)	(5 594,41)
Outros rendimentos	+ 18,3	123 324,50	126 024,87
Outros gastos	- 18,2	(73 941,00)	(31 652,86)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>	=	(109 212,81)	146 608,35
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 8, 9	(122 990,55)	(125 486,90)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	=	(232 203,36)	21 121,45
Juros e gastos similares suportados	- 18,4	(247,97)	
<b>Resultado antes de impostos</b>	=	(232 451,33)	21 121,45
Imposto sobre rendimento do período	-/+ 14	(3 974,94)	(12 145,68)
<b>Resultado líquido do período</b>	=	(236 426,27)	8 975,77

O contabilista certificado

*João Luís de Brito de Sá*

O Conselho de Administração

*Luís António de Sá*  
*Emília de Sá*

# Demonstração das alterações no capital próprio no ano de 2016

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												
		Capital realizado	Ações (quintas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitórios	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam Capital Próprio	Total do Capital Próprio
POSICÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2016	6	175 000,00			219 127,47			(593 039,09)		432 257,79	89 977,50	323 323,67		323 323,67
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico														
Alterações de políticas contábilísticas														
Diferença de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7							89 977,50		(90 517,05)	(89 977,50)	(90 517,05)		(90 517,05)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							89 977,50		(90 517,05)	(89 977,50)	(90 517,05)		(90 517,05)
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8										8 975,77	8 975,77		8 975,77
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											(81 001,73)	(81 541,28)		(81 541,28)
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
10														
POSICÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	11=6+7+8+10	175 000,00			219 127,47			(503 061,59)		341 740,74	8 975,77	241 762,39		241 762,39

O contabilista certificado

*João Capela Melo de Sá*

O Conselho de Administração

*Carla Antónia*  
*Quelha*  
*Carla Antónia*

# Demonstração das alterações no capital próprio no ano de 2017

Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe														
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital realizado	Ações (quótas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2017	6	175 000,00			219 127,47			(503 061,59)		341 740,74	8 975,77	241 782,39		241 782,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7							342 943,67		(95 287,13)	(8 975,77)	238 680,77		238 680,77
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							342 943,67		(95 287,13)	(8 975,77)	238 680,77		238 680,77
RESULTADO INTEGRAL	9+7+8										(238 426,27)	(238 426,27)		(238 426,27)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											(245 402,04)	2 254,50		2 254,50
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	10													
POSICÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	11+6+7+8+10	175 000,00			219 127,47			(463 117,92)		246 453,61	(238 426,27)	244 036,89		244 036,89

O contabilista certificado

*João Luís de Melo A. Faria*

O Conselho de Administração

*Carla Maria F. Silva*



## IB - Agência para a Dinamização Económica, E. M.

### Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2 017	2 016
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes	+	1 113 294,92	1 197 887,11
Pagamentos a fornecedores	-	(909 170,47)	(828 978,30)
Pagamentos ao pessoal	-	(586 310,12)	(586 000,98)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(382 185,67)	(217 092,17)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	(11 116,15)	(8 667,66)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	179 887,54	113 002,44
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	(213 414,28)	(112 757,39)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-		(13 198,17)
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	(13 198,17)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	130 000,00	
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	-	(247,97)	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	129 752,03	
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	(83 662,25)	(125 955,56)
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	112 084,02	238 039,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	28 421,77	112 084,02

### Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:	2 017	2 016
Numerário	2 665,84	2 046,10
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	25 755,93	110 037,92
Disponibilidades constantes do balanço	5,1 28 421,77	112 084,02

O contabilista certificado

*João Carlos de Sousa*

O Conselho de Administração

*Luís António*  
*Luís António*  
*Luís António*

## ANEXO

### **1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:**

#### **1.1 - Designação da entidade**

IB – Agência para a Dinamização Económica, E. M.

#### **1.2 – Sede**

Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves - Apartado 60  
4711 - 909 BRAGA

#### **1.3 – NIPC**

504 807 706

#### **1.4 - Natureza da atividade e objeto social**

Por escritura de 10 de dezembro de 1998 do notariado privativo da Câmara Municipal de Braga procedeu-se à transformação dos Serviços Municipalizados do Parque de Exposições de Braga, numa empresa pública municipal denominada PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E.M. abrigo da Lei nº 58/98, de 18 de agosto,

Por deliberação da Assembleia Municipal de Braga de 28 de fevereiro de 2014 foi aprovada a alteração da denominação social da empresa PEB – Empresa Parque de Exposições de Braga – E.M. para IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. designada abreviadamente por InvestBraga. A InvestBraga é uma pessoa coletiva de direito privado, com natureza municipal, designada como empresa local, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio

regendo-se atualmente pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, constante da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e integra-se no setor público empresarial, cujos princípios e regras aplicáveis constam do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

A capacidade jurídica da InvestBraga abrange todos os direitos e obrigações necessárias ou convenientes à prossecução do seu objeto.

A InvestBraga tem como objeto principal a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros.

Incluem-se no objeto da InvestBraga o desenvolvimento de atividades para a dinamização económica, promoção do empreendedorismo e a organização e realização de exposições e feiras, congressos e outros eventos de caráter socioeconómico, cultural, desportivo, recreativo e turístico.

## **2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2010, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho de 2015, aplicando-se o nível de normalização contabilística correspondente às 28 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da InvestBraga.

Os instrumentos legais do SNC aplicados à preparação das demonstrações financeiras da InvestBraga são os seguintes:

- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de retificação n.º 917/2015, de 19 de outubro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, retificada pela Declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, retificada pela Declaração de retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro (Normas contabilísticas e de relato financeiro)
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas interpretativas 1 e 2).

**2.2 - Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.**

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

### **3 – ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF – Divulgação transitória**

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração das demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a adequada expressão e apresentação para efeitos comparativos.

A sociedade não apresenta impactos nas suas demonstrações financeiras que necessitam de relato adicional referente à adoção pela primeira vez das NCRF.

A adoção das NCRF não teve qualquer impacto ao nível dos Fluxos de Caixa.



#### **4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:**

##### **4.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da InvestBraga de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

##### **Ativos Intangíveis**

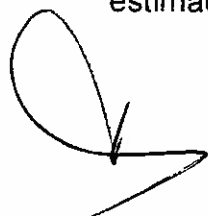
Os ativos intangíveis adquiridos pela empresa, que dizem respeito a Software encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

##### **Ativos Fixos Tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:



<b>Ativo fixo tangível</b>	<b>Vida útil estimada</b>
<b>Edifícios e outras construções</b>	<b>Entre 8 e 50 anos</b>
<b>Equipamento básico</b>	<b>Entre 5 e 10 anos</b>
<b>Equipamento administrativo</b>	<b>Entre 3 e 8 anos</b>
<b>Outros activos fixos tangíveis</b>	<b>Entre 4 e 8 anos</b>

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

### **Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis**

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

### **Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas ao custo amortizado e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a empresa teve em consideração informação de mercado que demonstre dos saldos vencidos e não recebidos.

### **Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo amortizado.

### **Regime de acréscimo**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas contas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

### **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem existentes nos bancos.



## **Rédito**

O rédito relativo a prestações de serviços e decorrentes da atividade ordinária da empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

## **Subsídios de investimento**

Os subsídios de investimento não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as respetivas depreciações.

## **Imposto sobre o rendimento do período**

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a matéria colectável decorrente dos lucros fiscais apurados, deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 21%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88.º do CIRCI, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variaram entre 5% e 10%.

Os impostos que não se encontrem pagos, relativos ao período corrente encontra-se reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço.

## **Benefícios dos empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário,



subsidio de alimentação, subsidio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos beneficios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

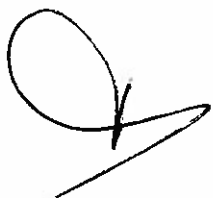
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsidio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como beneficios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

#### **4.2 - Outras políticas Contabilísticas Relevantes**

##### **a) Fluxos de caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração de fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.



Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

É de referir ainda que todas as quantias estão disponíveis para uso.

#### **4.3- Juízos de Valor do Órgão de Gestão**

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de administração da empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas significativamente refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017 incluem:

- Registo de provisões e perdas por imparidade
- Reconhecimento do crédito em obras em curso
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

#### **4.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### **4.5 - Principais fontes de incerteza**

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

## 5 – FUXOS DE CAIXA

### 5.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2017		31.12.2016		Totais
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	
Caixa	Numerário	2 665,84		2 046,10		2 046,10
	Cheques e vales postais					0,00
	Subtotais	2 665,84	0,00	2 046,10	0,00	2 046,10
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	25 755,93		110 037,92		110 037,92
	Outros depósitos bancários					0,00
	Subtotais	25 755,93	0,00	110 037,92	0,00	110 037,92
Outros equivalentes de caixa						0,00
	Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Totais	28 421,77	0,00	112 084,02	0,00	112 084,02

## 6 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 6.1 – Alteração em políticas contabilísticas com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior

Por aplicação da Faq 13 da Comissão de Normalização Contabilística aos subsídios de investimento a quantia escriturada dos ativos com que os subsídios se relacionam é igual à base fiscal desses ativos não existindo qualquer diferença temporária

tributável e, por conseguinte, não há lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos

Não houve reversão de imposto diferido decorrente da aplicação da Faq 13 da Comissão de Normalização Contabilística aos subsídios de investimento.

## 7 – PARTES RELACIONADAS

### 7.1 – Relacionamentos com entidades do perímetro municipal

O Município de Braga é considerado parte relacionada dado ser detentor a 100% do Capital da empresa, tendo-se realizado as seguintes transações com as entidades que integram o perímetro municipal:

(valores expressos em euros)

Transacções com as partes relacionadas		Período 2017				Período 2016		
		Vendas	Prestações de serviços	For. Serv. Ext.	Cobertura de prejuízos	Vendas	Prestações de serviços	For. Serv. Ext.
Empresa-mãe	Município de Braga		233 552,10		333 967,90		289 022,50	
Agere, E.M				15 045,11				23 861,95
Teatro Circo, EM			3 598,56					
TUB, E. M.				439,06				66,04
Totais			237 150,66	15 484,17	333 967,90		289 022,50	23 927,99




V.  
14  
[Signature]

## 8 - ATIVOS INTANGÍVEIS


Os ativos intangíveis adquiridos pela empresa, que dizem respeito a Software encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das amortizações, calculadas tendo em atenção uma vida útil de 3 anos a que corresponde a taxa de amortização de 33,33%.

Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano de 2017 e em 2016 são apresentados no seguinte quadro:

[Signature]



Activos intangíveis		Programas de computador	Totais
Em 01/01/2016	Quantias brutas escrituradas	7 245,68	7 245,68
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(6 801,10)	(6 801,10)
	Quantias líquidas escrituradas	444,58	444,58
		163,00	163,00
Adições			
Revalorizações			
Transferências			
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda			
Alienações, sinistros e abates			
Outras alterações			
Amortizações		(136,34)	(136,34)
Perdas por imparidade			
Em 31/12/2016 (01/01/2017)	Quantias brutas escrituradas	7 408,68	7 408,68
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(6 937,44)	(6 937,44)
	Quantias líquidas escrituradas	471,24	471,24
Adições			
Revalorizações			
Transferências			
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda			
Alienações, sinistros e abates			
Outras alterações			
Amortizações		(137,68)	(137,68)
Perdas por imparidade			
Em 31/12/2017	Quantias brutas escrituradas	7 408,68	7 408,68
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(7 075,12)	(7 075,12)
	Quantias líquidas escrituradas	333,56	333,56





## 9 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registrados ao custo conforme respectivas bases de mensuração já mencionadas na nota 3.

As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa de afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as depreciações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:





Activos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções		Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Totais
		Terrenos	Edifícios						
Em 01/01/2016	Quantias brutas escrituradas		143 099,60	1 252 080,20	51 867,77	187 643,12	7 114,71		1 641 805,40
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(42 632,06)	(768 945,98)	(51 867,77)	(169 598,26)	(4 737,78)		(1 037 781,85)
	Quantias líquidas escrituradas		100 467,54	483 134,22		18 044,86	2 376,93		604 023,55
Adições			2 141,88			2 588,35			4 730,23
Revalorizações									
Transferências									
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda									
Alienações, sinistros e abates									
Outras alterações									
Depreciações			(3 848,36)	(117 770,37)		(2 977,64)	(754,19)		(125 350,56)
Perdas por imparidade									
Em 31/12/2017 (01/01/2017)	Quantias brutas escrituradas		143 099,60	1 254 222,08	51 867,77	190 231,47	7 114,71		1 646 535,63
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(46 480,42)	(886 716,35)	(51 867,77)	(172 575,90)	(5 491,97)		(1 163 132,41)
	Quantias líquidas escrituradas		96 619,18	367 505,73		17 655,57	1 622,74		483 403,22
Adições				349,24		439,00			788,24
Revalorizações									
Transferências									
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda									
Alienações, sinistros e abates									
Outras alterações									
Depreciações			(3 848,36)	(115 314,55)		(3 032,84)	(657,12)		(122 852,87)
Perdas por imparidade									
Em 31/12/2017	Quantias brutas escrituradas		143 099,60	1 254 571,32	51 867,77	190 670,47	7 114,71		1 647 323,87
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		(50 328,78)	(1 002 030,90)	(51 867,77)	(175 608,74)	(6 149,09)		(1 285 985,28)
	Quantias líquidas escrituradas		92 770,82	252 540,42		15 061,73	965,62		361 338,59

## 10 – IMPARIDADE DE ATIVOS

As perdas por imparidade/reversões, ocorridas nos anos de 2017 e 2016 são apresentadas no quadro seguinte:

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Período 2017	Período 2016	Variação
Perdas por imparidade (perdas/reversões)			
- Em dívidas a receber			
- Clientes de feiras exposições e outros eventos	4 797,38	3 975,96	821,42
- Clientes da feira semanal	2 064,69	811,26	1 253,43
- Clientes da StartUp Braga	438,19	807,19	(369,00)
Total das perdas imparidade dívidas a receber	7 300,26	5 594,41	1 705,85
- Em inventários			
- Matérias primas subs. e de consumo			0,00
Total das perdas imparidade em inventários	0,00	0,00	0,00
			0,00
Totais	7 300,26	5 594,41	1 705,85

## 11 – RÉDITOS

Os movimentos nas rubricas de rédito durante o ano de 2017 e em 2016 são apresentados no seguinte quadro:

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Período 2017	Período 2016	Variação
<b>Prestações de serviços</b>			
- Feiras e Exposições	355 467,85	497 714,33	(142 246,48)
- Feira semanal	169 995,84	252 210,83	(82 214,99)
- Aluguer de instalações	273 561,71	355 263,97	(81 702,26)
- Desenv. Económ e Atração de Investimento			0,00
- StartUp Braga	56 135,64	42 902,65	13 232,99
<i>Total das vendas e prestações de serviços</i>	855 161,04	1 148 091,78	(292 930,74)
Juros de mora	2 950,66	5 781,76	(2 831,10)
<b>Totais</b>	<b>858 111,70</b>	<b>1 153 873,54</b>	<b>(295 761,84)</b>

## 12 – SUBSÍDIOS

### 12.1 – Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os contratos programa são realizados, independentemente da data do seu recebimento.

Os subsídios de investimento não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional

durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados com as respetivas depreciações.

O subsídio de investimento para o "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, atribuído pelo QREN - Programa Operacional Regional Norte conforme contrato de financiamento celebrado em 9 de julho de 2010, no montante de 791 106,99 euros foi reforçado no ano de 2012 em 49 444,19 euros por alteração da taxa máxima de cofinanciamento de 80% para 85%, passando o subsídio do QREN - Operação N.º Norte - 08 - 0469 - FEDER - 000019 para o montante de 840 551,18 euros. Face a esta alteração a parte do subsídio de investimento para o "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, atribuído pelo Município de Braga conforme contrato programa celebrado entre o Parque de Exposições de Braga e o Município de Braga, foi reduzida em 49 444,19 euros passando o subsídio de investimento do Município de Braga para 397 586,72 euros.

O valor da redução subsídio de investimento para o "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, atribuído pelo Município de Braga foi diferido durante o período restante do empréstimo contraído para a realização do investimento sendo 1/3 daquele valor considerado como subsídio à exploração nos anos de 2012, 2013 e 2014. Face aquela redução o valor remanescente do contrato programa celebrado com o Município de Braga diferido durante o período do empréstimo que estava a ser considerado como subsídio à exploração no montante anual de 119 333,82 euros, passou a partir de 2012 para o valor de 135 815,21 euros.

Do subsídio de investimento para o "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, atribuído pelo QREN - Programa Operacional Regional Norte foi reconhecido como rendimento de 2017 o montante de 77 785,46 euros relativo à parte daquele subsídio relacionada com as respetivas depreciações dos equipamentos, sendo efetuada reversão do ajustamento em subsídios no valor de 13 096,63 euros.

Do subsídio de investimento para o "Arranjo Urbanístico do Parque de Exposições de Braga, atribuído pelo Município de Braga conforme respetivo contrato programa, foi reconhecido como rendimento de 2017 o montante de 36 793,09 euros relativo à parte daquele subsídio relacionada com as respetivas depreciações dos equipamentos, sendo efetuada reversão do ajustamento em subsídios no valor de 6 194,79 euros.

✓

**12.2 - Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras e respectivos ajustamentos**

*[Handwritten signature]*

Os subsídios de investimento e à exploração bem como os ajustamentos em subsídios de investimento são apresentados no seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço	Período 2017			Período 2016		
	Demonstração dos resultados		Balanço	Demonstração dos resultados		Balanço
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	Reconhecidas como subsídios à exploração	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	Reconhecidas como subsídios à exploração	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo
	Reconhecidas como subsídios à exploração	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo	Reconhecidas como subsídios à exploração	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Reconhecidas no passivo
Subsídios relacionados com activos	Município de Braga - Contrato Programa - Subsídio	36 793,09	102 116,58		36 793,09	138 909,67
	Município de Braga - Contrato Programa - Ajustamento em subsídios		(22 976,23)		(29 171,02)	
	Subtotais	36 793,09	79 140,35		36 793,09	109 738,65
	QREN - ON2 - Subsídio	77 785,46	215 888,08		77 785,46	293 673,54
	QREN - ON2 - Ajustamento em subsídios		(48 574,82)		(61 671,45)	
Subsídios relacionados com resultados	Subtotais	77 785,46	167 313,26		77 785,46	232 002,09
	Total subsídios relacionados com activos	114 578,55	246 453,61		114 578,55	341 740,74
	Município de Braga - Contrato Programa	311 250,00			297 000,00	
	IEFP - Estágios/Estímulo Emprego	3 772,30			4 922,80	
	FLAD - Apoio Atividades StartUp Braga				29 300,00	
Subsídios relacionados com resultados	Norte 2020 - SIAC	175 489,11				
	Total dos subsídios à exploração	490 511,41			331 222,80	

21

## **13 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO**

✓  
cc  
S. J. J. J.

### **13.1 - Autorização para emissão**

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de administração no dia 16 de março de 2018. No entanto a Assembleia Geral poderá em reunião não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

### **13.2 - Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço**

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de Balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

## **14 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO**

Não houve reversão de imposto diferido decorrente da aplicação da Faq 13 da Comissão de Normalização Contabilística aos subsídios de investimento.

Tendo-se verificado prejuízo para efeitos fiscais não houve lugar ao cálculo de IRC e derrama.

Conforme situações previstas no art.º 88.º do CIRC, houve lugar a tributação autónoma no montante de 3 974,94 euros decorrente de despesas de representação, despesas de viaturas ligeiras de passageiros, deslocações e ajudas de custo e com deslocação em viatura própria.

Nos termos do n.º 14 do referido art.º 88.º do CIRC as respetivas taxas de tributação autónoma foram elevadas em 10 pontos percentuais pelo facto da empresa ter apresentado prejuízo fiscal no período a que respeitam os factos tributários.

S. J. J. J.

Foram efetuados dois pagamentos por conta no montante global de 6 832,00 euros pelo que se apurou um total a recuperar de 2 857,06 euros.

## 15 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 15.1 – Bases de mensuração

Os instrumentos financeiros são mensurados ao custo, menos as perdas por imparidade acumuladas.

### 15.2 – Clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar

Em 31 de Dezembro de 2017 e 31 de Dezembro de 2016, as rubricas clientes/fornecedores/outras contas a receber e a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

#### Ativos e passivos não correntes:

(Valores expressos em euros)						
Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Ativos</b>						
Outros ativos financeiros	3 526,71		3 526,71	2 554,21		2 554,21
<b>Total</b>	<b>3 526,71</b>	<b>0,00</b>	<b>3 526,71</b>	<b>2 554,21</b>	<b>0,00</b>	<b>2 554,21</b>



(Valores expressos em euros)

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Passivos</b>						
Outras dívidas a pagar						
Outras dívidas a pagar	77 775,67		77 775,67	120 350,62		120 350,62
<b>Total</b>	<b>77 775,67</b>	<b>0,00</b>	<b>77 775,67</b>	<b>120 350,62</b>	<b>0,00</b>	<b>120 350,62</b>

Em 31/12/2017 compreende uma dívida à ADSE no montante de 6 124,86 euros decorrente da extinção da Editora Correio do Minho-SM e ajustamentos em subsídios no montante de 71 551,05 euros relativos ao Arranjo Urbanístico do PEB e uma caução do tesoureiro de 99,76 euros.

Em 31/12/2016 compreende uma dívida à ADSE no montante de 29 408,39 euros decorrente da extinção da Editora Correio do Minho-SM e ajustamentos em subsídios no montante de 90 842,47 euros relativos ao Arranjo Urbanístico do PEB e uma caução do tesoureiro de 99,76 euros.

Relativamente à dívida à ADSE decorrente da extinção da Editora Correio do Minho-SM existia uma divergência de saldos no montante de 42 455,43 euros, pois em 12/11/2015 a ADSE transferiu para a n/ conta o montante de 71 863,82 euros que foi contestado pela n/ empresa, uma vez que os documentos transferidos pela Editora Correio do Minho-SM totalizavam o montante de 29 408,39 euros. Em 11/11/2016 recebemos ofício da ADSE em que aquela entidade insistia no reconhecimento do montante de 71 863,82 euros. Em 18/1/2017 emitimos novo ofício informando que não reconhecíamos aquele montante uma vez que as obrigações apuradas pelo balanço da extinção da Editora Correio do Minho-SM se referiam ao montante de 29 408,39 euros.

Em 17/07/2017 recebemos da Autoridade Tributária através da caixa postal eletrónica, notificação de processo de execução fiscal relativo a dívida à ADSE que incluía o montante de 42 455,43 euros correspondente à divergência de saldos.

Em 21/09/2017 foi celebrado com a ADSE um acordo de pagamento de dívida que incluiu o montante de 42 455,43 euros que foi assumido pela InvestBraga.

## Ativos e passivos correntes:

(Valores expressos em euros)

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Ativos</b>						
Clientes	375 376,05	197 959,02	177 417,03	445 445,54	190 658,76	254 786,78
Outros créditos a receber	444 263,02		444 263,02	14 881,98		14 881,98
<b>Total</b>	<b>819 639,07</b>	<b>197 959,02</b>	<b>621 680,05</b>	<b>460 327,52</b>	<b>190 658,76</b>	<b>269 668,78</b>

Em 31/12/2017 a rubrica de Outros créditos a receber compreende o montante de 40 062,88 euros relativo devedores por acréscimo de rendimentos de 2017 relativos a apoios do Norte 2020 – Sistema de Apoio a Ações Coletivas, 745,73 euros de débito do IEFP relativo a apoios Estágio Emprego, 69 486,51 euros de débito do Norte 2020 - Agência para o Desenvolvimento e Coesão e 333 967,90 euros do Município de Braga relativo à cobertura de prejuízos de 2013.

Em 31/12/2016 a rubrica de Outros créditos a receber compreende o montante de 8 635,07 euros relativo devedores por acréscimo de rendimentos de 2016 apenas faturados a clientes em 2017, 6 246,91 euros de débito do IEFP relativo a apoios Estágio Emprego.

(Valores expressos em euros)

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos/passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	429 539,01		429 539,01	339 169,32		339 169,32
Financiamentos obtidos	130 000,00		130 000,00			0,00
Outras dívidas a pagar	114 235,97		114 235,97	124 086,86		124 086,86
<b>Total</b>	<b>673 774,98</b>	<b>0,00</b>	<b>673 774,98</b>	<b>463 256,18</b>	<b>0,00</b>	<b>463 256,18</b>

Em 31/12/2017 a rubrica de Outras dívidas a pagar compreende o montante de 555,53 euros relativo a saldos credores de clientes, 539,97 euros de fornecedores de investimentos, 94 082,00 euros de remunerações a liquidar relativas a férias e subsídio de férias vencidas em 31/12/2017 a pagar em 2018, 35,59 euros de trabalho extraordinário, descanso semanal, complementar e feriados realizado em 2017 a pagar em 2018, retenções de descontos de dezembro para sindicato e fundo social no montante de 67,93 e 11,16 respetivamente e 18 943,79 euros de outros credores por acréscimo de gastos.

Em 31/12/2016 a rubrica de Outras dívidas a pagar compreende o montante 200,49 euros de fornecedores de investimentos, 82 716,80 euros de remunerações a liquidar relativas a férias e subsídio de férias vencidas em 31/12/2016 a pagar em 2017, 1 145,23 euros de trabalho extraordinário, descanso semanal, complementar e feriados realizado em 2016 a pagar em 2017, 443,01 euros a pagar a prestadores de serviços independentes, retenções de descontos de dezembro para sindicato e fundo social no montante de 68,25 e 10,60 respetivamente e 39 502,48 euros de outros credores por acréscimo de gastos.

### 15.3 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava o seguinte detalhe:

(Valores expressos em euros)

Descrição	31/12/2017			31/12/2016		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Estado e outros entes públicos (Ativo)</b>						
Imposto sobre o rendimento	2 857,06		2 857,06			
Imposto sobre o valor acrescentado	23 443,68		23 443,68			
<b>Total</b>	<b>26 300,74</b>	<b>0,00</b>	<b>26 300,74</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



## 16 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

(Valores expressos em euros)

Gastos com pessoal	Período 2017	Período 2016	Variação
Remunerações dos membros dos Órgão Sociais	52 303,96	47 646,27	4 657,69
Encargos s/ remunerações dos membros dos Órgão Sociais	12 179,41	11 885,97	293,44
Outros gastos Órgãos Sociais	4 889,16	4 187,16	702,00
Remunerações do pessoal	526 068,16	506 363,08	19 705,08
Encargos s/ remunerações do pessoal	119 118,99	113 992,38	5 126,61
Comparticipações de encargos com a saúde	8 796,20	2 305,61	6 490,59
Pensões	22 149,53	22 149,53	0,00
Outros gastos pessoal	9 038,48	5 200,42	3 838,06
<b>Total</b>	<b>754 543,89</b>	<b>713 730,42</b>	<b>40 813,47</b>

A rubrica “outros gastos” inclui gastos com formação, despesas de alimentação e deslocação em viatura própria e seguro de acidentes de trabalho.

## 17 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

### 17.1 – Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pela sociedade de revisores oficiais de contas

Pela revisão legal das contas anuais, em cada um dos exercícios financeiros de 2017 e 2016, a sociedade de revisores oficiais de contas Gaspar Castro, Romeu Silva & Associados - SROC, Lda. faturou de honorários totais o montante de 5 387,04 euros.



## 17.2 – Outras divulgações exigidas por diplomas legais

"A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2017."

## 18 – OUTRAS INFORMAÇÕES

### 18.1 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava o seguinte detalhe:

(Valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos	Período 2017	Período 2016	Variação
Serviços especializados	420 786,89	410 187,44	10 599,45
Materiais	34 126,88	32 192,65	1 934,23
Energia e fluidos	67 635,72	93 321,95	(25 686,23)
Deslocações, estadas e transportes	11 779,27	8 947,99	2 831,28
Serviços diversos	208 095,85	163 103,38	44 992,47
<b>Total</b>	<b>742 424,61</b>	<b>707 753,41</b>	<b>34 671,20</b>

### 18.2 – Outros gastos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Outros gastos” apresentava o seguinte detalhe:

(Valores expressos em euros)

Outros gastos	Período 2017	Período 2016	Varição
Impostos	347,28	228,35	118,93
Outros	73 593,72	31 424,51	42 169,21
<b>Total</b>	<b>73 941,00</b>	<b>31 652,86</b>	<b>42 288,14</b>

A rubrica Outros relativa a 2017 inclui o montante de 42 455,43 euros relativo à dívida assumida com a ADSE conforme acordo de pagamento de dívida de 21/09/2017, e contabilizado como correções relativas a períodos de tributação anteriores.

### 18.3 – Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Outros rendimentos” apresentava o seguinte detalhe:

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Período 2017	Período 2016	Varição
<b>Outros rendimentos</b>			
- Descontos de pronto pagamento obtidos	2,50		2,50
- Outros			
- Correções relativas a períodos anteriores	5 499,24		5 499,24
- Imputação de subsídios para investimento	114 578,55	114 578,55	0,00
- Outros	293,55	5 664,56	(5 371,01)
- Juros - juros de mora	2 950,66	5 781,76	(2 831,10)
<b>Totais</b>	<b>123 324,50</b>	<b>126 024,87</b>	<b>(2 700,37)</b>

#### 18.4 – Juros e gastos similares suportados

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Juros e gastos similares suportados” apresentava o seguinte detalhe:

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Período 2017	Período 2016	Varição
Gastos e perdas de financiamento			
- Juros de Contas correntes caucionadas no Banco popular e CGD	247,97		247,97
Totais	247,97	0,00	247,97

#### 18.5 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

(Valores expressos em euros)

Rubricas	Período 2017	Período 2016	Varição
Diferimentos (Ativo)			
- Gastos a reconhecer			
- Outros gastos a reconhecer		1 175,03	(1 175,03)
Totais	0,00	1 175,03	(1 175,03)

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### EXERCÍCIO DE 2017

De harmonia com o disposto na legislação aplicável e na qualidade de fiscal único da sociedade **IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.**, vimos submeter à apreciação de V. Ex<sup>as</sup> o Relatório e Parecer sobre o Relatório, as Contas e as propostas apresentadas pela Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

#### 1. No quadro das normas legais e estatutárias aplicáveis, procedemos,

- a) à fiscalização dos actos da Administração, com base nos elementos da contabilidade da Empresa e nos esclarecimentos que a propósito solicitamos;
- b) à averiguação da observância da lei e do cumprimento dos estatutos da sociedade;
- c) à verificação dos documentos, registos e livros de escrituração;
- d) à análise das Demonstrações Financeiras, dos princípios contabilísticos subjacentes à sua elaboração, bem como do Relatório de Gestão;
- e) à apreciação da Certificação Legal das Contas, que anexamos para integrar o presente Relatório e Parecer.

#### 2. Na sequência dos procedimentos referidos, entendemos ser de referir que:

- a) A Contabilidade, as Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão satisfazem as disposições legais e estatutárias e refletem a atividade da entidade no exercício em causa, bem como a sua situação económica e financeira – conforme também decorre da certificação legal das contas;
- b) Na qualidade de Fiscal Único, e em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de Outubro, entendemos que o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário cumpre os deveres de relato estabelecidos;





- c) A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, no seu n.º 2 do artigo 40º, determina que é competência da Câmara Municipal de Braga, na qualidade de detentora da totalidade do capital social da IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., realizar uma transferência financeira para a Empresa por forma a equilibrar os resultados do exercício, caso o resultado líquido antes de impostos se apresente negativo;
- d) A Lei n.º 53-F/2006 de 29 de Dezembro, revogada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, no seu n.º 2 do artigo 31º, determinava que era competência da Câmara Municipal de Braga, na qualidade de detentora da totalidade do Capital Social da IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., realizar uma transferência financeira para a Empresa por forma a equilibrar os resultados de exploração operacional, caso os resultados operacionais de exploração acrescidos dos encargos financeiros fossem negativos;
- e) Não obstante e, apesar dos resultados de exploração operacionais acrescidos dos encargos financeiros reportados a exercícios anteriores terem sido negativos não foram efetuadas até ao período em análise, as respetivas transferências financeiras pela Câmara Municipal de Braga;
- f) O cumprimento da lei 50/2012 de 31 de agosto de 2012, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, requer que seja mantida a especial atenção às obrigações atribuídas, bem como às condições impostas para a continuidade da atividade empresarial local.
- g) a Certificação Legal das Contas, por nós emitida e com a qual concordamos, não inclui reservas nem ênfases sobre as Demonstrações Financeiras.

**3. Tudo ponderado e como conclusão, somos de parecer que a Assembleia Geral deve:**

- a) Apreciar as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pela Administração quanto ao exercício de 2017;
- b) Apreciar a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração;
- c) Proceder à apreciação da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos do artº. 455º. do Código das Sociedades Comerciais.



G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA

Braga, 26 de março de 2018.

G. CASTRO, R. SILVA, A. DIAS & F. AMORIM, SROC, LDA (Nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)



## **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



## OUTRA INFORMAÇÃO

O órgão de gestão é responsável pela outra informação. A outra informação obtida à data do nosso relatório é o Relatório de Boas práticas de Governo Societário adotadas em 2017.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação acima identificada e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Não temos nada a relatar a este respeito.

BRAGA, 26 de março de 2018.

G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, Lda. (nº.153)

Registo CMVM nº 20161463

Representada por

Fátima Amorim (ROC 1279, registo CMVM nº 20160890)

Gaspar Vieira de Castro (ROC 557, registo CMVM nº 20160219)

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Cabimento

N.Seq.: 29473

DELIB.: COB. RESUL/2018

Serviço Requiritante: 10 Câmara Municipal

Organica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 04010101 Empresas públicas municipais e intermunicipais

GOP: 03 FUNÇÕES ECONÓMICAS

35 OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS

2017/4 Contrato programa com a IB - Agência para a dinamização económica, EM

Orçamento de GOP

Financiamento disponível: 909 734,00

Cabimentado: 905 753,23

Saldo: 3 980,77

Dependente de:

Contrato:

Data	Nº Lang.	Valores		Compromisso		Saldo	Descrição
		Inicial	Correções	N. Seq.	Documento		
22/05/2018	10612	232 451,33				232 451,33	COBERTURA DE RESULTADOS DO ANO 2017
22/05/2018	10940			32061	DOC.GENER: COB. RESUL/2018	232 451,33	0,00 COBERTURA DE RESULTADOS NEGATIVOS 2017

Câmara Municipal de Braga

Ficha do Compromisso

N.Seq.: 32061

DOC.GENER: COB. RESUL/2018

Serviço Requiritante: 10 Câmara Municipal

Cabimento prévio: DELIB.: COB. RESUL/2018

Entidade: 10444 IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.  
NIF: 504807706

Orgânica: 0102 Câmara Municipal

Económica: 04010101 Empresas públicas municipais e intermunicipais

GOP: 03 FUNÇÕES ECONÓMICAS

35 OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS

2017/4 Contrato programa com a IB - Agência para a dinamização económica, EM

Contrato:

Data	Nº Lang.	Valores		Realização		Saldo	Anos Seguintes	Descrição
		Inicial	Correções	Documento	Valor			
22/05/2018	10940	232 451,33				232 451,33		COBERTURA DE RESULTADOS NEGATIVOS 2017

Câmara Municipal de Braga

Comprovativo de Fundos Disponíveis

DOC.GENER: COB. RESUL/2018

N.Seq.: 32061

Serviço Requisitante: 10 Câmara Municipal

Entidade: 10444 IB - Agência para a Dinamização Económica, E.M.

Data	Período de Liquidação	2018		Anos Seguintes			Justificação (para Fundo Indisponível ou Exceção aos Fundos)
		F. Disponível	Valor	2019	2020	2021	

22/05/2018	maio	4 890 490,47	232 451,33	4 658 039,14			
------------	------	--------------	------------	--------------	--	--	--